

POLÍTICA DE PRIVACIDADE DO CANAL DE DENÚNCIAS

O Município de Vale de Cambra informa-o da sua política de privacidade relativa ao tratamento dos dados pessoais no âmbito da plataforma de denúncias interna e externa, vulgo canal de denúncias.

O tratamento dos dados pessoais e a sua segurança estão em conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016), bem como, com a respetiva Lei de Execução Nacional (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto), o Decreto-lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro e a Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro.

Os seus dados são recolhidos a tratados no âmbito do canal de denúncias implementado pelo Município de Vale de Cambra.

Responsável pelo tratamento: É responsável pelo tratamento o município de Vale de Cambra sito na Avenida Camilo Tavares de Matos, n.º 19, 3730-240 Vale de Cambra.

Finalidades do tratamento de dados: Os dados pessoais serão tratados para efeitos de receção, tratamento e resolução da denúncia, investigação e resolução de infrações relacionadas com infrações, atos ou omissões contrárias às regras constantes dos atos da União Europeia bem como, às normas nacionais que os executem. Os dados são tratados ainda para efeitos de comunicação com os denunciantes quando a sua identidade seja conhecida.

Categorias de dados e seus titulares: serão tratados os dados pessoais, quando conhecidos, como os dados de identificação, contacto e dados profissionais dos denunciantes e dos denunciados, quando revelado, sobre infrações cometidas por estes e os dados que foram trazidos ao processo no âmbito da análise e investigação da denúncia.

Fundamento de licitude: O fundamento de licitude é o cumprimento da obrigação legal que impõe a implementação de um canal de denúncias interno e externo e o interesse legítimo do Município de Vale de Cambra na receção, investigação e resolução das denúncias apresentadas.

Direitos dos Titulares dos Dados: O titular dos dados pode exercer os seus direitos de acesso, retificação, apagamento, oposição, limitação do tratamento, portabilidade, não sujeição a decisões automatizadas e o direito de retirada do consentimento, quando aplicável, de acordo com o RGPD com as limitações da lei n.º 59/2019, de 8 de agosto, que aprova as regras relativas ao tratamento de dados pessoais para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de infrações penais ou de execução de sanções penais que transpõe a diretiva (UE) 2016/680 do Parlamento Europeu e do Conselho, mediante o envio de uma comunicação dirigida ao Encarregado da Proteção de Dados através do e-mail: protecaodedados@cm-valedecambra.pt.

Prazos de conservação dos dados pessoais: Os dados pessoais serão conservados durante o tempo que forem necessários à resolução daquela denúncia, durante a pendência de processos judiciais ou administrativos, sem prejuízo do tempo de conservação após a sua resolução pelo período de 5 (cinco) anos.

Medidas de segurança: As medidas de segurança estão em conformidade com o RGPD e demais legislação aplicável. São empregues as medidas técnicas e organizativas em conformidade com o RGPD, necessárias à garantia da confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados, nomeadamente, através de medidas de pseudonomização e cifragem dos dados, backups e medidas de restabelecimento em caso de acidente ou catástrofe,

controlo de acessos através da definição de perfis de acesso mediante a avaliação da necessidade de conhecimento e no exercício das suas funções.

Comunicação dos Dados: Os seus dados serão tratados pelo Município de Vale de Cambra, com recurso à DPO CONSULTING (www.dpoconsulting.pt), na qualidade de consultora que colabora na receção das denúncias na plataforma Ulises GRC, com quem também assinou um acordo de tratamento de dados, enquanto subcontratante, nos termos do art.º 28.º do RGPD. Neste caso, para a execução das finalidades previamente determinadas, utilizamos todas as medidas necessárias de forma a assegurar que o subcontratante e o outro subcontratante cumprem com as regras e princípios em conformidade com o RGPD, ao nível da proteção de dados e segurança da informação, designadamente, a assinatura de um acordo de proteção de dados nos termos do artigo supra, enquanto compromisso no cumprimento das regras e princípios aplicáveis ao tratamento dos dados pessoais e segurança da informação.

Transferência dos dados: Como princípio, os seus dados não serão transferidos para países externos ao Espaço Económico Europeu. Todavia, caso tal venha a revelar-se necessário, cumpriremos as disposições legais aplicáveis e determinaremos a adequabilidade do país ou organização em causa, no que concerne aos requisitos aplicáveis a tais transferências. Em particular, serão acauteladas as questões da segurança ao nível da transmissão dos dados, a salvaguarda do exercício de direitos dos titulares e se os terceiros respeitam a confidencialidade e proteção dos dados recebidos.

O titular dos dados poderá apresentar uma reclamação junto da autoridade de controlo, a Comissão Nacional de Proteção de Dados, através do sítio web: www.cnpd.pt.

Para qualquer questão ou pedido de esclarecimento deverá ser contactado o Encarregado da Proteção de Dados através do contacto supra identificado.